

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 1.003, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova a Agenda Regulatória para o ciclo 2015-2016.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 133 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 2 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o processo de gestão estratégica orientada a resultados implantado na Agência e suportado por seu Plano Estratégico 2015-2024, aprovado pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 15, de 26 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2015;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.010073/2015-20;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 790, realizada em 3 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória da Anatel para o ciclo 2015-2016, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Compete à Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) acompanhar trimestralmente as Ações Regulatórias ora aprovadas, a fim de avaliar seu cumprimento ao término do período.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

PUBLICADA NO BOLETIM DE SERVIÇO Nº _____,

DE ____/____/____



Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016

SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
1	Elaborar posicionamento da Anatel para subsidiar Decreto de regulamentação da neutralidade de rede prevista no MCI	No Brasil, o conceito de neutralidade de rede foi estabelecido legalmente no Marco Civil da Internet – MCI (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), o qual determina que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. O MCI também prevê que a discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada pelo Presidente da República, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações. Esta ação regulatória visa construir o posicionamento da Anatel para subsidiar a referida regulamentação.	SPR / SRC / SCP / AIN		Aprovação Final					
2	Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações	Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços.	SPR / SOR / SCP / SRC / SCO / SFI		Relatório de AIR (1)					
3	Revisão dos Contratos de Concessão do STFC	Revisão dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, anexos à Resolução nº 552, de 10 de dezembro de 2010, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 31 de dezembro de 2015 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.	SPR / SOR / SCP / SRC / SCO / SFI	Aprovação Final						
4	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações	Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadores de serviços de telecomunicações, atualmente regido pela Resolução nº 274, de 5 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.	SPR / SCP			Aprovação Final				
5	Proposta de Revisão do Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU do STFC	Revisão das metas do Plano Geral de Metas para Universalização, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que as metas atuais poderão ser alteradas, entre outras datas, em 31 de dezembro de 2015 para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.	SPR / SCO/SRC/SCP	Aprovação Final						

1

Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016

SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
6	Reavaliação da regulamentação sobre acessibilidade	Elaboração de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações (RGA), visando estabelecer regras para propiciar às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e informação, no intuito de incorporar os preceitos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e consolidação das regras esparsas	SPR / SCO / SRC/SFI/SOR	Consulta Pública <i>(Ação Concluída)</i>	Aprovação Final					
7	Reavaliação da regulamentação de obrigação de universalização	Reavaliação da regulamentação que trata das obrigações de universalização em razão do novo Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU.	SPR / SCO/SRC/SCP		Relatório de AIR e Consulta Pública	Aprovação Final				
8	Reavaliação da regulamentação de TUP	Reavaliação da regulamentação sobre os telefones de Uso Público, atualmente regido pela Resolução nº 638, de 26 de junho de 2014, no que diz respeito à disponibilidade destes acessos coletivos	SPR / SCO / SRC	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final				
9	Reavaliação dos procedimentos de acompanhamento e controle de obrigações	Detalhamento do procedimento de acompanhamento e controle previsto no Regimento Interno da Anatel, definido como o conjunto de medidas necessárias para o acompanhamento da prestação dos serviços de telecomunicações, para a prevenção e a correção de práticas em desacordo com as disposições estabelecidas em normativos ou em ato administrativo de efeitos concretos em matéria de competência da Agência, de maneira a garantir a consecução dos objetivos estabelecidos no artigo 79 daquele Regimento Interno.	SPR / SCO / SCP / SOR / SFI / SRC		Relatório de AIR	Consulta Pública e Aprovação Final				
10	Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações	Reavaliação do arcabouço normativo afeto à qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à Anatel e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas.	SPR / SCO / SRC / SCP / SFI / SOR / ATC		Relatório de AIR (1)					
11	Reavaliação da regulamentação de pesquisa da qualidade percebida e da satisfação dos usuários de serviços de telecomunicações	Reavaliação da regulamentação afeta à realização de pesquisas junto aos usuários de serviços de telecomunicações para aferir o grau de satisfação e da qualidade percebida, buscando atualizar os normativos existentes, bem como convergir as regras que regem tais pesquisas para os diversos serviços de telecomunicações.	SRC / SPR	Aprovação Final <i>(Ação Concluída)</i>						

人

Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016

SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
12	Reavaliação da regulamentação sobre interrupções	Reavaliação do arcabouço normativo sobre interrupções na prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, visando principalmente estabelecer regramentos claros no que diz respeito à caracterização das interrupções, bem como sobre as obrigações de informação aos usuários e de ressarcimento dos valores pagos proporcionalmente ao tempo de indisponibilidade de tais serviços. Avaliar a possibilidade de estabelecer regras convergentes nestes aspectos para os diversos serviços de telecomunicações de interesse coletivo de maior apelo junto à sociedade.	SPR / SCO / SRC		Consulta Pública	Aprovação Final				
13	Reavaliação do modelo de gestão de espectro	Reavaliação do atual modelo brasileiro de gestão do espectro de radiofrequências considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais no que diz respeito ao planejamento deste espectro, o monitoramento de seu uso eficiente, às formas de autorização e custos relacionados, às práticas de compartilhamento, às políticas econômicas e de desenvolvimento industrial e tecnológico, entre outros.	SOR / SPR		Relatório de AIR (1)					
14	Reavaliação da regulamentação de uso de espectro	Reavaliação da regulamentação que rege o uso do espectro de radiofrequências, atualmente estabelecida pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, especialmente no que tange aos seguintes aspectos: (i) exploração industrial de radiofrequências; (ii) prazo para o início da exploração efetiva da radiofrequência; (iii) outorga de direito de uso de radiofrequência em caráter secundário para outros agentes que não os autorizados em caráter primário; (iv) harmonização de conceitos; (v) preço a ser cobrado pela outorga do direito de explorar serviço de telecomunicações adicional nos casos de multidesignação de faixa; (vi) outros aprimoramentos na regulamentação.	SOR / SPR		Aprovação Final					
15	Reavaliação da regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC	Reavaliação do arcabouço normativo estabelecido para o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC por meio da Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, especialmente no que diz respeito ao tratamento isonômico a ser dispensado pelos prestadores deste serviço no carregamento dos canais obrigatórios, conforme disposto no artigo 52 da referida regulamentação, principalmente para as tecnologias de distribuição que utilizam meios satelitais. Busca avaliar também o procedimento para dispensa do carregamento de tais canais em virtude de limitação técnica, o procedimento de outorga e transferência deste serviço e os regramentos sobre a acessibilidade de tal serviço aos portadores de algum tipo de deficiência.	SPR / SCO / SCP		Consulta Pública e Aprovação Final					
16	Reavaliação da regulamentação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC	Reavaliação da regulamentação sobre o procedimento de outorga em regime privado e acompanhamento das transferências de autorização e controle do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, atualmente regida pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001.	SPR / SCO / SCP		Aprovação Final					



Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016

SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
17	Reavaliação de critérios para isenção de outorga de serviços	Estabelecimento de critérios para definição dos casos que independem de outorga para a exploração de serviço de telecomunicações em regime privado, conforme previsto no §2º do artigo 131 da Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), visando a simplificação do procedimento de outorga, bem como a minimização dos custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores, mas garantindo, por outro lado, a identificação e rastreabilidade dos diversos agentes prestadores de serviços de telecomunicações, outorgados ou não pela Agência.	SPR / SOR	Consulta Pública <i>(Ação Concluída)</i>	Aprovação Final					
18	Reavaliação do modelo de outorga e licenciamento de serviços de telecomunicações	Reavaliação dos atuais procedimentos de outorga para exploração de serviços de telecomunicações, bem como de licenciamento de estações, considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais. Busca-se avaliar o impacto de tais procedimentos burocráticos na prestação dos serviços, especialmente no que diz respeito ao tempo e aos custos até a entrada em operação, bem como o estabelecimento de barreiras à entrada e, conseqüentemente, de menores níveis de competição nestes mercados. Visa, também, simplificar os processos e, assim, minimizar os custos administrativos e operacionais afetos à Anatel e aos prestadores de serviços de telecomunicações, principalmente nos casos de uso compartilhado das estações por mais de um prestador ou para mais de um serviço de telecomunicações.	SOR / SPR		Relatório de AIR (1)					
19	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis	Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anuência prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.	SCO / SPR		Relatório de AIR e Consulta Pública	Aprovação Final				
20	Reavaliação da regulamentação sobre interconexão	Reavaliação do arcabouço normativo afeto à interconexão de redes no intuito de minimizar a existência de conflitos, relacionados principalmente à inadimplência dos valores devidos a título de remuneração pelo uso de redes, ao uso fraudulento desta interconexão e à oferta de trânsito e transporte. Além disso, há que se reavaliar outros aspectos da regulamentação, especialmente no que diz respeito à sua atualidade tecnológica e à modernização dos procedimentos administrativos ali previstos. (e à remuneração pelo uso de redes)	SPR / SCP	Relatório de AIR <i>(Ação Concluída)</i>	Consulta Pública	Aprovação Final				
21	Reavaliação da regulamentação de numeração de redes de telecomunicações	Revisão da regulamentação relacionada à numeração de redes de telecomunicações, visando atualizar e adequar as regras às atuais necessidades e à evolução do setor, especialmente no que diz respeito à administração e utilização dos recursos de redes de numeração	SOR / SPR		Relatório de AIR					

1

Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016

SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
22	Reavaliação da regulamentação do Plano Geral de Contas	Reavaliação do Plano Geral para Separação e Alocação de Contas - PGSAC previsto no Apêndice C do Regulamento de Separação e Alocação de Contas, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, considerando as características dos diversos modelos de custos previstos na Resolução nº 639, de 1º de julho de 2014.	SCP / SPR		Relatório de AIR	Consulta Pública				
23	Reavaliação da regulamentação sobre a metodologia do fator X	Reavaliação da metodologia sobre cálculo do Fator de Transferência "X" aplicado nos reajustes de tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, atualmente determinada pela Resolução nº 507, de 16 de julho de 2008	SCP / SPR	Relatório de AIR (Ação Concluída)	Consulta Pública e Aprovação Final					
24	Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes	Revisão dos mercados relevantes e as das medidas regulatórias assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.	SCP / SPR / ATC	Relatório de AIR	Consulta Pública	Aprovação Final				
25	Elaboração da regulamentação sobre homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado	Estabelecimento de procedimentos para a homologação das Ofertas de Referência de Produtos de Atacado - ORPAs previstas no PGMC, especialmente no que diz respeito à análise de replicabilidade de preço, prazo e qualidade das ofertas de varejo de grupos detentores de Poder de Mercado Significativo - PMS nos mercados de atacado pelos grupos sem PMS nos mesmos mercados de atacado, bem como sobre a atuação da Agência nos casos de não apresentação ou atualização destas ORPAs, adesão dos grupos sem PMS às condições das novas ORPAs, entre outros.	SCP / SPR		Consulta Pública	Aprovação Final				
26	Desenvolver requisitos técnicos para a certificação de terminais fixos para verificar o suporte ao protocolo IPv6	Estabelecimento dos requisitos para a certificação de terminais fixos no intuito de garantir que suporte o Protocolo de Internet em sua versão 6 (IPv6), de maneira a garantir, juntamente com a implantação deste protocolo nas redes de telecomunicações, recursos de numeração suficiente para suprir o crescimento destas redes.	SOR	Aprovação Final						
27	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de Produtos para Telecomunicações	Reavaliação da regulamentação sobre certificação e homologação de produtos para telecomunicações, atualmente regidos pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000, visando atualizar as regras e os procedimentos gerais a tais temas.	SOR / SPR		Relatório de AIR	Consulta Pública				
28	Reavaliação da regulamentação sobre exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência	Reavaliação da regulamentação que trata da exposição humana a campos eletromagnéticos de radiofrequência, em especial a Resolução nº 303, de 2 de julho de 2002, com vistas à sua adequação à Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, que estabeleceu novas competências à Anatel e introduziu novas exigências de medição às prestadoras de serviços de telecomunicações.	SOR / SPR	Relatório de AIR (Ação Concluída)	Consulta Pública					

1

Anexo
Agenda Regulatória 2015-2016




SEQ.	AÇÃO REGULATÓRIA	DESCRIÇÃO	ÁREAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS	2º/2015	1º/2016	2º/2016	Obj. 1	Obj. 2	Obj. 3	Obj. 4
29	Avaliação da regulamentação sobre acompanhamento de infraestruturas críticas e mitigação de desastres	Estabelecimento de medidas relativas ao gerenciamento do risco das redes e serviços de telecomunicações e de preparação e resposta a serem tomadas na ocorrência de desastres, situações de emergência e estado de calamidade pública.	SCO / SPR	Aprovação final <i>(Ação Concluída)</i>						
30	Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações	Edital de Licitação para autorização de sobras de radiofrequências destinadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, ou outros serviços para as quais estejam destinadas, visando ampliar a capacidade das redes de acesso por meios não confinados disponibilizando insumo essencial à prestação de tais serviços com qualidade adequada.	SPR / SCP / SOR	Consulta Pública e Aprovação Final <i>(Ação Concluída)</i>						
31	Reavaliação do modelo de tratamento das Prestadoras de Pequeno Porte	Avaliação da viabilidade de unificação do conceito de Prestadora de Pequeno Porte no âmbito da regulamentação expedida pela Agência, abrangendo possível proposta de definição única ou de conceitos para fins de distribuição de competências entre CD e Superintendência de Competição quanto ao tratamento dos pedidos de anuência prévia relacionados no Regimento Interno da Anatel. Abrange ainda a viabilidade de se criar um "estatuto da Prestadora de Pequeno Porte" que reúna a disciplina regulatória a elas direcionada.	SPR / SCP / SOR SRC			Relatório de AIR e Consulta Pública				

Observações:

- (1) O processo de Análise de Impacto Regulatório poderá envolver, previamente à confecção do respectivo relatório de AIR, consulta prévia à sociedade para tomada de subsídios e estabelecimento de diretrizes sobre o tema em estudo.

Legenda

- Obj. 1 Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados
Obj. 2 Estimular a competição e a sustentabilidade do setor
Obj. 3 Promover a satisfação dos consumidores
Obj. 4 Promover a disseminação de dados e informações setoriais

	Alta correlação
	Média correlação
	Baixa ou nula correlação

Handwritten mark